

FINANÇAS PÚBLICAS

Dívida mobiliária dos estados e municípios cresce 170% de março a novembro

por Maria Clara R.M. do Prado
de Brasília

O estoque da dívida mobiliária dos estados e municípios, em termos de quantidade, foi ampliado em 170% entre o dia 14 de março deste ano, véspera da posse dos novos governadores, e o dia 7 de novembro. O total de 211,8 bilhões de Letras Financeiras dos Tesouros Estaduais (LFTE) emitidas aumentou para 572,330 bilhões há duas semanas. Em termos de valor, essa dívida também apresenta variação nominal em torno de 170%, passando do nível de Cr\$ 1,9 trilhão para Cr\$ 5,2 trilhões.

O comportamento dos números faz levantar a suspeita de que alguns estados, principalmente São Paulo, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Minas Gerais e até Santa Catarina — estão financiando suas despesas orçamentárias através da emissão de papéis e que essa emissão adicional não aparece com impacto sobre o valor da dívida porque boa parte dela foi rolada com as taxas preferenciais da LBC (Letra do Banco Central) junto ao mercado, facilitado pelo sistema de troca de papéis ocorrido em março e abril.

O diretor de política monetária, Pedro Luiz Bodin de Moraes, contesta, no entanto, aquele raciocínio. Ele explicou ontem a este jornal que a ampliação ocorrida no estoque de papéis estaduais emitidos nada mais revela do que o próprio efeito da inflação sobre a rolagem dos títulos.

"Os estados precisam emitir mais para acompanhar a variação da inflação já que os títulos são emitidos em valor unitário e um hoje vale muito menos do que o valor unitário há meses", explicou Bodin de Moraes, adiantando que a resolução do Senado Federal, com limites ao estoque da dívida mobiliária dos estados, "está sendo cumprida".

Segundo adiantou o diretor de Política Monetária do BC, a quantidade de papéis emitidos não quer dizer nada quando se observa que não está havendo aumento em termos reais. Com base nos dados do BC, verifica-se que a variação ocorrida no estoque dos títulos estaduais entre março e o início de novembro ficou ligeiramente abaixo da inflação no período, cuja variação entre março e outubro (inclusive) aponta para 160% pelo Índice Geral de Preços (IGP) apurado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) do Rio de Janeiro.

Chama a atenção, no entanto, o fato de que alguns estados como Ceará, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Paraná e Rio Grande do Norte não terem ampliado de março até aqui a quantidade de títulos emitidos. Na maioria desses estados, o prazo médio da dívida mobiliária não é curto, o que explicaria o fato de não terem sido obrigados a emitir até novembro mais do que o estoque apurado em março último. O Ceará, no entanto, é uma exceção: o estado apresenta os prazos mais reduzidos de rolagem de dívida mobiliária — pelas informações do BC, o prazo médio daquela dívida que era de cinco meses e dezoito dias em julho caiu para dois meses e nove dias na posição de 7 de novembro — e ainda assim o total de papéis emitidos, em quantidade, não foi ampliado.

O Estado de São Paulo mantém a liderança no "ranking" da dívida mobiliária estadual, com um estoque de LFTP de 216,5 bilhões de títulos na posição da primeira semana de novembro (ante 36,2 bilhões de papéis emitidos na posição de 14 de março) e isso correspondia em 7 de novembro a compromissos da ordem de Cr\$ 1,8 trilhão neste mês, bem acima dos Cr\$ 686 bilhões de março passado, só em LFTP.

SALDO DA DÍVIDA MOBILIÁRIA ESTADUAL E MUNICIPAL

(em Cr\$ mil)

Emissor	Posição em 14/03/91	Posição em 7/11/91
Bahia	41.587.617,8	112.069.136,8
Ceará	5.573.546,2	16.070.828,9
Espírito Santo	6.785.142,2	19.564.115,7
Goiás	32.542.323,8	93.831.753,0
	519.566,3	1.261.688,6
Mato Grosso	8.846.787,6	25.508.614,4
Minas Gerais	259.044.699,9	827.996.861,1
	157.338.338,7	335.329.160,2
P.M. Rio de Janeiro	65.831.580,3	172.567.199,1
P.M. São Paulo	73.071.991,6	214.332.122,2
	19.151.894,6	40.817.697,7
Paraná	3.611.187,5	7.158.334,2
Paraná	18.821.894,2	54.270.596,8
Piauí	222.280,2	—
Rio de Janeiro	339.883.177,6	775.256.525,3
		160.323.009,8
Rio Grande do Sul	330.589.499,3	935.338.764,2
Rio Grande do Norte	9.166.180,1	21.192.634,3
Santa Catarina	43.158.099,0	116.683.311,7
São Paulo	686.160.319,2	1.861.281.044,1
	78.400.131,7	239.458.443,4
LFT	1.924.674.046,3	5.253.121.641,8
Totais OTE	741.846,5	1.261.688,6
DTE	254.890.365,0	775.928.311,1

Fonte: BACEN/DIPOM.